

...continuação

17. Provisões para contingências: A provisão para passivos contingentes é representada por contingências cíveis, trabalhistas e tributárias com probabilidade de perda provável. A respectiva provisão é constituída conforme os critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.j.

a) Posição das ações conforme classificação de risco

	12/2025		
Classificaçãode risco	Quantidade	Valor do risco	Valor provisão
Perda provável			
Cível	138	1.426	1.426
Trabalhista	12	1.269	1.269
	150	2.695	2.695
Perda possível			
Cível	3.243	17.341	-
Trabalhista	6	916	-
Tributário	6	76	-
	3.255	18.333	-

Os processos cíveis classificados como risco possível e provável, em sua maioria, referem-se à re-visão de cláusulas contratuais dos contratos de financiamentos.

b) Movimentação das provisões para contingências nos períodos

Saldos no início do exercício	12/2025	2.575
Constituições:		
Contingências cíveis	1.237	
Contingências trabalhistas	143	
Reversões:		
Contingências cíveis	(1.017)	
Contingências trabalhistas	(243)	
Saldos no fim do exercício	2.695	

18. Patrimônio líquido: **a) Capital:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 291.375.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e foi totalmente integralizado por acionistas domiciliados no país. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25%, sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. Em 2025 não foi deliberado distribuição de dividendos.

c) Reservas de lucros	12/2025	
Reservas de lucros ⁽¹⁾	152.707	
Reserva legal ⁽²⁾	22.576	
	175.283	

⁽¹⁾ Constituída a partir do resultado do período e deduzidos os prejuízos acumulados, a reserva legal e os dividendos pagos aos acionistas. O saldo de “Outras reservas de lucros” terá a aplicação destinada na Assembleia Geral, por proposta da Diretoria.

⁽²⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

19. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social

	12/2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(35.289)	(35.289)	
Encargos IRPJ 25% - CSLL 20%	8.822	7.058	
Adições e exclusões no cálculo de impostos			
Despesas não dedutíveis permanentes	(871)	(307)	
Incentivos fiscais	1.671	-	
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.622	6.751	
Imposto de renda e contribuição corrente	(59.019)	(48.162)	
Imposto de renda e contribuição diferidos	68.641	54.913	

b) Ativos e passivos fiscais diferidos

	12/2024	Constituição/ Realização	12/2025
Ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias imposto de renda e contribuição social (A) + (B) + (C)	198.582	143.602	342.184
Imposto de renda e contribuição social diferidos (A)	198.582	93.183	291.765
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	191.886	71.369	263.255
Provisões para passivos contingentes	1.158	54	1.212
Outras adições temporárias	5.538	21.760	27.298
(Nota 8.f; 9.a) Imposto de renda e contribuição social diferidos (B)	-	44.180	44.180
Ajuste de adoção Res. CMN nº 4.966/21 para provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito ajustados diretamente no Patrimônio Líquido	-	44.180	44.180
Ativos fiscais sobre ajustes de avaliação patrimonial (C)	-	6.239	6.239
Ajuste valor de mercado - hedge fluxo de caixa (instrumento de hedge)	-	6.239	6.239
Ativos fiscais diferidos - PIS (0,65%) e COFINS (4,0%)	-	3.712	3.712
PIS e Cofins Diferidos - Neutralidade novas regras Res. CMN 4.966/21	-	3.712	3.712
Ativos fiscais diferidos	198.582	153.553	345.896
	12/2024	Realização	12/2025

	12/2024	Constituição/ Realização	12/2025
Obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias imposto de renda e contribuição social	(41.877)	30.371	(11.506)
Ajuste a valor de mercado - <i>SWAP</i>	(41.877)	32.056	(9.821)
Provisão IRPJ/CSLL Diferidos - Ajuste Novas Regras 4.966	-	(1.670)	(1.670)
Provisão IRPJ/CSLL Diferidos - Ajuste CPC 06	-	(15)	(15)
Obrigações fiscais sobre ajustes de avaliação patrimonial	(11.585)	11.585	-
Ajuste valor de mercado - <i>hedge</i> fluxo de caixa (instrumento de <i>hedge</i>)	(11.585)	11.585	-
Obrigações fiscais diferidos	(53.462)	41.956	(11.506)

A DIRETORIA

Aos Acionistas e administradores do **Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Yamaha Motor do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: *Ausência de saldos comparativos:* Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Lei nº 14.467/2022, que estabeleceu um novo tratamento tributário para as perdas incorridas no recebimento de créditos pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa legislação representa um avanço significativo na gestão tributária e contábil do risco de crédito, ao permitir a dedutibilidade fiscal dessas perdas na apuração do lucro real e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). No tocante ao estoque de perdas apuradas, a partir de 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontraram inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas deverão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Dessa forma, os ativos fiscais diferidos sobre as provisões para perdas incorridas de contratos que se encontravam inadimplidos até dezembro de 2024 terão um prazo maior para realização dado que terão início em janeiro de 2026 finalizando em 2032 (7 anos) conforme divulgado na nota explicativa 19.c. Com base na Resolução BCB nº 2/20, os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. **c) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos:** Amparado em seu estudo técnico realizado conforme disposições da Resolução CMN nº 4.842/20 e nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros, os ativos fiscais diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização em até oito anos se apresenta a seguir:

	2026	2027	2028	2029	2030	2032	Total
Ativos fiscais diferidos							
Diferenças temporárias							
IRPJ/CSLL	57.139	67.256	66.535	65.684	32.071	53.499	342.184
PIS/COFINS	2.163	993	472	108	1	-	3.712
Total	59.302	68.249	66.982	65.792	32.072	53.499	345.896

Em dezembro de 2025 o valor presente dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, calculados considerando a taxa SELIC de 15,00% a.a., totalizava R\$219.410. Adicionalmente, o valor presente dos ativos fiscais diferidos de PIS e COFINS, calculados com a mesma taxa Selic de 15,00% no exercício totalizava R\$2.988.

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Serviços - Liberacred	2.933	5.486	
Serviços prestados - Partes relacionadas (*) (Nota 26.a)	1.415	1.932	
Receita de serviços - Outros	6.102	11.904	
Total	10.450	19.322	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Proventos	(27.037)	(54.460)	
Benefícios e Encargos sociais	(14.542)	(27.185)	
Treinamento	(242)	(1.041)	
Total	(41.821)	(82.686)	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Promoções, propaganda e publicidade	(14.689)	(31.104)	
Processamento de dados	(21.851)	(35.521)	
Serviços de terceiros	(11.329)	(20.596)	
Serviços técnicos especializados	(5.840)	(11.009)	
Outras despesas adm - Partes relacionadas (*) (Nota 26.a)	(3.843)	(7.569)	
Serviços do sistema financeiro	(2.523)	(4.986)	
Comunicações	(1.249)	(2.732)	
Serviços cobradora	(1.107)	(2.244)	
Despesas com custas judiciais	(1.018)	(2.141)	
Aluguéis	(1.124)	(2.328)	
Viagens	(1.084)	(2.122)	
Manutenção e conservação de bens	(697)	(1.334)	
Amortização e depreciação	(669)	(1.114)	
Outros	(2.610)	(3.423)	
Total	(69.633)	(128.223)	

(*) Outras despesas administrativas - partes relacionadas são representadas substancialmente por serviços técnicos especializados.

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Outras receitas operacionais			
Recuperação de despesas - Partes relacionadas (*) (Nota 26)	4.890	7.311	
Cessão de crédito (Receíveis fornecedores)	351	677	
Programa Liberacred	340	677	
Reversão para contingências	71	71	
Outras	1.770	1.836	
Total	7.422	10.572	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Outras despesas operacionais			
Desconto concedido	(15.865)	(21.074)	
Indenizações	(1.523)	(2.591)	
Retomada de bens	(242)	(477)	
Provisão para contingências	-	(191)	
Outras	(776)	(903)	
Total	(18.406)	(25.236)	

24. Outras receitas e despesas não operacionais: Referem-se substancialmente por prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda e provisões para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

25. Resultado não recorrente: No exercício findo em 31 de dezembro 2025, o Banco não teve eventos classificados como não recorrentes conforme disposições da nota explicativa nº 3. o.

	12/2025		
26. Transações com partes relacionadas			
a) Transações com partes ligadas e relacionadas			
Outras partes relacionadas (ativo/passivo)			
Outros ativos - valores a receber sociedades ligadas (Nota 9.b)			
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	2.188		
Yamaha Motor Finance Canadá	1.887		
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.	569		
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	105		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	48		
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.	2		
Yamha Motor do Brasil Logística Ltda.	1		
	4.800		

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Outras obrigações - valores a pagar sociedades ligadas			
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	(412)		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	(129)		
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.	(74)		
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	(10)		
	(625)		

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Emissão de certificado de depósito bancário (Nota 13)			
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	(56.633)		
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.	(36.342)		
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	(46.583)		
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	(25.033)		
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.	(8.066)		
Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.	(3.094)		
Yamaha Motor Serviços Financeiros Ltda.	(460)		
	(176.211)		

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Operações/partes relacionadas (receitas/despesas)			
Outras receitas operacionais (Nota 23)			
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	1.968	3.935	
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	2.268	2.647	
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.	609	650	
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	45	79	
	4.890	7.311	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Receitas de prestação de serviços (Nota 20)			
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	1.337	1.854	
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	75	75	
Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.	3	3	
	1.415	1.932	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Outras despesas administrativas (Nota 22)			
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	(2.084)	(4.005)	
Yamaha Motor do Brasil Ltda.	(1.759)	(3.564)	
	(3.843)	(7.569)	

	12/2025		
	2º Semestre	Exercício	
Despesas de captação - emissão de certificado de depósito bancário			
Yamaha Motor Corretora de Seguros Ltda.	(5.005)	(8.613)	
Yamaha Adm. de Consórcio Ltda.	(2.400)	(4.694)	
Yamaha Motor da Amazônia Ltda.	(916)	(2.775)	
Yamaha Motor do Brasil Finance Ltda.	(703)	(886)	
Yamaha Motor do Brasil Logística Ltda.	(500)	(597)	
Yamaha Motor Serviços Financeiros Ltda.	(32)	(59)	
Yamaha Motor Componentes da Amazônia Ltda.	(83)	(91)	
	(9.639)	(17.715)	

b) Remuneração dos administradores: A remuneração dos administradores prevista em Assembleia, para o exercício de 2025, foi fixada no montante global anual de R\$7.717, que inclui salários encargos e benefícios, tendo sido efetivamente pago no exercício de 2025 o montante de R\$7.012. O Banco Yamaha possui programa próprio de remuneração variável para seus Dirigentes, estruturado em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.177/24. Conforme essa norma, 60% do valor da remuneração variável é pago no exercício de sua competência, enquanto os 40% restantes são diferidos para pagamento em três anos subsequentes, ajustados pela variação patrimonial do período. No exercício de 2025, foi efetivamente pago o montante de R\$2.634.

27. Gerenciamento de riscos: a) Risco operacional: Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital, o Banco Yamaha conta com a estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais adequada ao porte da organização. Norteando essa estrutura foram implementados processos, políticas e procedimentos necessários para que os Riscos Operacionais sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados à Alta Administração. O relatório referente ao Gerenciamento de Riscos Operacionais encontra-se disponível na sede do Banco Yamaha. **b) Gestão integrada de riscos:** Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento de Riscos deve atuar de forma integrada, dessa forma, o Banco Yamaha instituiu a Gestão Integrada de Riscos (GIR) com a missão de atuar de maneira ativa e independente na redução da exposição dos riscos a níveis aceitáveis, alinhados ao nosso apetite a risco. A gestão dedicada aos riscos está segregada em Riscos Não Financeiros e Riscos Financeiros e avaliada de forma agregada, visando assegurar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos, em conjunto com as demais áreas da primeira e terceira linhas de defesa. Para maiores informações, o relatório de Pilar 3 (Resolução BCB 54/20, BACEN) com a visão geral do gerenciamento de riscos encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. **c) Risco de mercado:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Yamaha implementou a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado de forma compatível com o modelo de negócio e a natureza das operações. Atua de forma independente das estruturas de operações de Tesouraria, e é subordinada a Diretoria de Riscos e Compliance. Para apuração do risco da carteira banking, realiza o acompanhamento do (i) VaR, (ii) Cenário de VaR Estressado e (iii) acompanhamento da

variação na taxa de juros (DV01). VaR e VaR Estressado encontram-se dentro dos limites estabelecidos, encerrando o segundo semestre de 2025 com os seguintes resultados: VaR (R\$) 154.592, horizonte de tempo de 1 dia e nível de confiança 99%, VaR estressado de (R\$) 3.291.900 para horizonte de tempo de 1 dia e nível de confiança 99% e DV01 de -R\$8.619. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. **d) Risco de liquidez:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Yamaha implementou a estrutura para Gerenciamento do Risco de Liquidez para realização do acompanhamento e controle de adequação de suas obrigações de acordo com os limites estabelecidos pelo Apetite de Riscos e aos normativos expedidos pelo regulador local e estabelece métricas para acionamento do plano de contingência em cenários de crise de liquidez. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. **e) Risco de crédito:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, o Banco Yamaha implementou a estrutura para Gerenciamento do Risco de Crédito compatível com o planejamento, a estratégia e o apetite de riscos definidos pela Alta Administração, dessa forma, dentre suas responsabilidades consta a recomendação de limites, avaliação de exposição e tendência, acompanhamento de eficiência da política de concessão de crédito, garantindo que os níveis de provisionamento sejam suficientes para a cobertura de perdas esperadas e inesperadas. A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. **f) Gerenciamento de capital:** Em atendimento a Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Capital implementada pelo Banco Yamaha Motor utiliza mecanismos que possibilitam a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pelo Banco Yamaha, a otimização do uso do capital e a antecipação das necessidades futuras de aumento de capital para sustentar os objetivos estratégicos do Banco Yamaha. A política relacionada à Gestão de Capital, estabelece papéis e responsabilidades, as métricas do gerenciamento de capital, os limites operacionais e o plano de contingência, para fins de manutenção dos limites prudenciais adequados ao regulador local. A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. Em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748/15, que está alinhada com as recomendações contidas nos documentos conhecidos como Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira. O Banco Yamaha adequou seus processos e sistemas e realiza o cálculo e o acompanhamento da razão de alavancagem. O cálculo da razão de alavancagem encontra-se disponível no site abaixo: <https://www.yamahaser-vicosfinancieiros.com.br/banco/informacoes-importantes#relatorios>. **g) Gerenciamento do risco social, ambiental e climático:** Em atendimento às disposições normativas aplicáveis, o Banco Yamaha considera, em sua estrutura de governança e de gestão de riscos, os aspectos sociais, ambientais e climáticos, observando os princípios de relevância e proporcionalidade previstos na regulamentação vigente. Tais aspectos são avaliados de forma integrada aos processos da instituição, com o objetivo de identificar, mensurar e mitigar potenciais impactos que possam afetar suas atividades, sua sustentabilidade e sua reputação, em alinhamento às boas práticas de governança corporativa. **h) Limites operacionais (Basileia e imobilização):** Em atendimento a Circular nº 3.930/19 e Resolução BCB 54/20, o Banco Yamaha Motor divulga anualmente informações com a visão geral do gerenciamento de riscos e capital. O índice de Basileia apurado pelo Banco Yamaha para o exercício findo em dezembro de 2025, calculado